

TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E INFLUÊNCIA DAS RESISTÊNCIAS COMUNITÁRIAS NA AMAZÔNIA MARANHENSE

CORPORATE TERRITORIALIZATION AND RESIGNIFICATION OF THE COMMUNITY IN THE MARANHENSE AMAZON

Raifran Abidimar de Castro

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, Programa em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA); Mestre em Geografia, PPGeo (UFPA); Professor do Instituto Federal do Maranhão; Líder do grupo AB'Saber (Ambiente, Sociedade e Sustentabilidade).
raifrancastro@ifma.edu.br

Edna Maria Ramos de Castro

Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales/EHESS, França, pós-doutorado no Centre National de la Recherche Scientifique/CNRS, França, Professora Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, e pesquisadora do CNPq.
edna.mrcastro@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar como a mineradora Vale S/A e a silvicultora Suzano Papel e Celulose S/A utilizam de referenciais simbólicos para ampliar suas capacidades de territorialização em comunidades rurais; respectivamente no Assentamento Francisco Romão, e na Reserva Extrativista do Ciriáco, ambas no oeste maranhense. As duas empresas foram selecionadas por representarem os maiores investimentos públicos e privados na região em décadas; e as comunidades pela proximidade destas aos aparatos indústrias e logísticas da mineradora e da silvicultora. Para isso foram analisados documentos das duas empresas; atas de reuniões destas com as comunidades; acompanhamento da ação dos representantes empresariais em campo; e análise de relatos e avaliações dos comunitários sobre a ação destas empresas. Tem-se que as empresas utilizam os momentos de relação com as comunidades, bem como dos seus investimentos financeiros, para estabelecerem referenciais simbólicos de dominação; além disso, conseguem ampliar seus poderes sobre os territórios comunitários através da instalação de obras de infraestrutura que se tornam símbolos positivos da ação empresarial. Com isso, os comunitários passam a considerar que existem pontos positivos nos investimentos em grandes projetos econômicos, iniciando-se um processo de aprovação parcial das empresas por integrantes das comunidades rurais.

Palavras-chave: Referenciais simbólicos. Elementos arquitetônicos. Ritos. Representação. Identidade.

Abstract

The objective of this paper is to present how Vale S/A and the Suzano Papel e Celulose have used benchmarks symbolic to expand its capacity of territorialisation in rural communities; respectively in the settlement Francisco Romão, and in the Extractive Reserve of the Ciriáco, in the west of the Maranhão. To do this we analyzed documents from two companies; minutes of meetings with the communities; monitoring the action

of its representatives in the field; and analysis of reports and evaluations of quotas on the action of these companies. It has been that companies use the moments of relationship with the communities, as well as its financial investments, to establish benchmarks for symbolic domination; moreover, they can if territorializar through the installation of architectural structures that become positive symbols of entrepreneurial action in the community. With this, the community will consider that there are positive points in investments in major economic projects, initiating a process of resignification assistance from the business action.

Keywords: Symbolic references. Architectural Elements. Rites. Representation. Identity.

Introdução

O processo de territorialização empresarial é destaque em diversas áreas do conhecimento. Geralmente a ênfase nestas análises relacionam-se aos problemas socioambientais da aquisição de terras por grandes corporações. No entanto, ainda são poucas as pesquisas que enfatizam estratégias corporativas diversos, como no caso do estabelecimento de referenciais simbólicos que ampliam o poder empresarial, bem como a avaliação positiva da ação destas corporações.

Considerando esta problemática, este artigo tem como objetivo apresentar como a mineradora Vale S/A e a silvicultora Suzano Papel e Celulose S/A utilizam de referenciais simbólicos para ampliar sua capacidade de territorialização em comunidades rurais; respectivamente no Assentamento Francisco Romão, e na Reserva Extrativista do Ciriáco, ambas no oeste maranhense. As duas empresas foram selecionadas por representarem os maiores investimentos públicos e privados na região em décadas; e as comunidades pela proximidade destas aos aparatos indústrias e logísticas da mineradora e da silvicultora. Foram analisadas as estratégias adotadas nas duas relações, considerando o período entre 2010 e 2016.

Foram realizados estudos de atas de reuniões entre os agentes; relatórios das empresas; além de relatos dos representantes das comunidades e das empresas. Passou-se, portanto, a identificar e a caracterizar este processo de territorialização. A fundamentação teórico-metodológica segue a base de análise proposta por Haesbaert (2012; 2007; 2004), Teisserenc (2010) Girardi (2008), Fernandes (2007), Haesbaert e Limonad (2007), Acselrad (2004), Little (2002; 2001), Porto-Gonçalves (2002) e Raffestin (1993). Para além da apropriação material do território, há a dimensão imaterial, ou como destacado neste artigo como simbólica, que tem grande importância no

estabelecimento do poder de um agente que busca realizar sua territorialização. Percebido o estabelecimento dos referenciais simbólicos, analisou-se o uso destes como mecanismos de representação das empresas, e como eram percebidos pelas comunidades.

A respeito dos processos de representação utilizados pelas empresas, foram consideradas as contribuições teórico-metodológicas de Oliveira (1999), Sartre (2009), Costa (2007), Makowiechy (2003), Serbena (2003), Garcia (1994), Lefebvre (1983), Pierce (1975). Portanto, foram analisadas: quais os símbolos utilizados como referenciais simbólicos de representação; como estes são utilizados para diferenciar os agentes envolvidos nas relações; e de como as empresas buscam influenciar na avaliação das empresas pelos comunitários.

Já sobre significação/ressignificação citam-se as seguintes referências consultadas: Eco (2014), Trajano (2014), Jewitt (2011), Baldisserra (2008b), Ruiz (2003), Miranda (2002), Hobsbawn e Ranger (1997). As análises empíricas sobre a identificação comunitária no Assentamento Francisco Romão e na RESEX Ciriáco baseou-se nas contribuições teóricas de: Figueiredo e Cavedoni, (2012); Hall (2011), Baldissera (2008), Silva (2000), Bourdieu (1991a; 1991b; 1991c; 1989) e Foucault (1987).

A territorialização empresarial e os seus referenciais simbólicos: os ritos e as obras de infraestrutura

No início da década de 1980 foi criado o Programa Grande Carajás (PGC). O objetivo foi estabelecer a estrutura logística para extração e comercialização das riquezas minerais da Serra dos Carajás, na época recém “descoberta” no estado do Pará. Dentre estas estruturas destaca-se a Estrada de Ferro Carajás (EFC), ferrovia que, aliada à proximidade com a mina de Carajás, potencializou a instalação de cinco siderúrgicas no município de Açailândia – MA.

Os investimentos na monocultura do eucalipto, ainda no início da década de 1990 para a produção de carvão, somados aos projetos de produção de celulose também da mesma época, contribuíram para que as pressões sobre as comunidades rurais ampliassem. Todo esse contexto de investimento, resulta, em 2008, na escolha da região sudoeste do Maranhão para a implantação dos projetos industriais e florestais da Suzano Papel e Celulose S/A, especificamente no município de Imperatriz - MA.

A instalação da Suzano, aliada à Duplicação da Estrada de Ferro Carajás (DEFC), destacam-se como os dois maiores investimentos privados na região nas últimas décadas. Privados, mas que contaram com empréstimos bilionários do governo brasileiro. Enquanto isso, e paradoxalmente, os investimentos na estruturação das pequenas comunidades rurais é praticamente inexistente. Apesar das constantes manifestações e resistências populares, os órgãos públicos não ampliaram significativamente os investimentos em assentamentos e reservas extrativistas.

A Figura 01 ilustra o contexto regional em que os agentes estão localizados. As comunidades do Assentamento Francisco Romão (AFR) e da RESEX Ciriáco localizam-se, respectivamente, nos municípios maranhenses de Açailândia e Cidelândia. A fábrica da Suzano foi instalada em Imperatriz (MA), importante centro regional da Amazônia maranhense. Uma “Unidade Operacional” da mineradora Vale funciona do “Distrito Industrial de Piquiá” em Açailândia, onde são instalados os principais escritórios de relações da empresa com as comunidades da região, a cerca de 8 quilômetros do núcleo urbano açailandense, e a cerca de 50 quilômetros da agrovila do AFR. O fato é que as duas empresas buscam estabelecer seus poderes sobre os territórios comunitários, visando a ampliação dos seus aparatos logísticos e industriais.

Para Brandão (2007, p. 17) o território é “[...] um nexos, ligadura e junção de confluências e conflitualidades de projetos de sujeitos sócio-políticos [...]”. Já Santos (2005, p. 256) acrescenta ainda que “[...] é o uso do território, e o território em si mesmo que faz dele objeto de análise social.”.

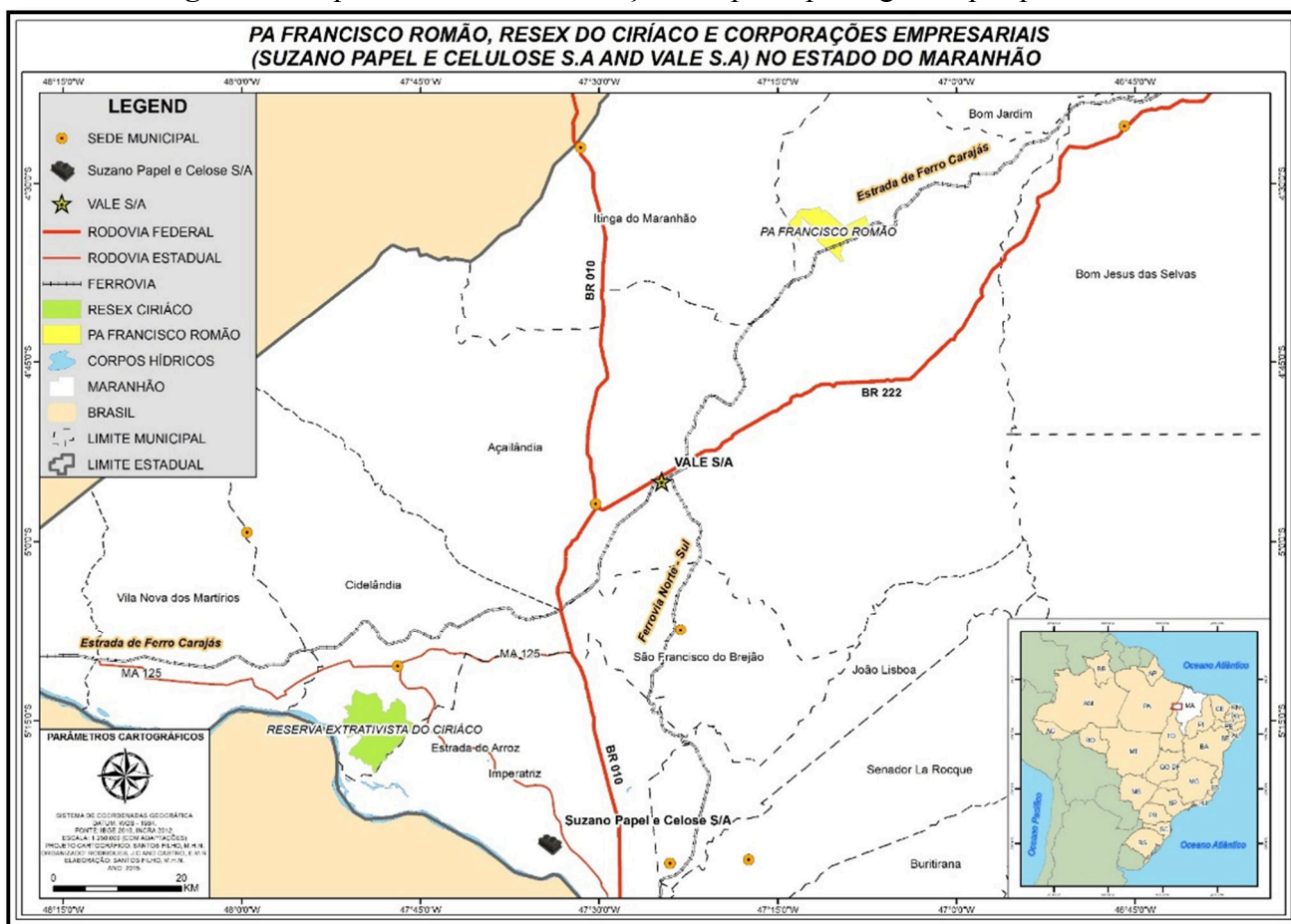
A territorialização também é analisada, dentre outros contextos, com uma importante vinculação com os conflitos socioambientais. Para Moreira (2007) os distintos interesses entre os diversos grupos que atuam sobre um território, e que buscam ampliar sua capacidade de territorialização fazem com que ocorram os constantes conflitos e tensões. Já Zhouri e Laschefski (2010) e Acselrad (2004) apresentam uma relação entre os territórios, a territorialização e os estudos dos conflitos socioambientais.

Ao tratar sobre a territorialização e a territorialidade, Little (2002, p. 32) destaca que esta se vincula mais “[...] aos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área [...]”, do que às leis ou aos títulos. Tem-se ainda que “[...] territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no

e pelo movimento [...]” (HAESBAERT, 2012, p. 280). Neste sentido, Girardi (2008) acrescenta ainda que este processo é compreendido por duas dimensões indissociáveis, que são:

A dimensão material diz respeito à área do território, aos objetos geográficos influenciados/dominados/apropriados pelo sujeito territorial. A dimensão *imaterial* corresponde às estratégias dos sujeitos para a construção de um território; são as *ações*, representações espaciais criadas, a disputa de forças com outros sujeitos, as ideologias e os discursos, posicionamentos políticos, manifestações e outras formas imprimir o poder. (GIRARDI, 2008, p. 39). Grifos do autor.

Figura 1: Mapa indicando a localização dos principais agentes pesquisados



Fonte: Castro e Rodrigues (2016).

Complementando estas análises, Haesbaert (2004, p. 235) cita ainda que o território é “[...] fruto da interação entre relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)”. Para Balbim (2001, p. 165) é importante considerar que “[...] o território se forma a partir de uma relação

espaço/tempo; ao se apropriar de um espaço em determinado tempo e com todas as perspectivas de possibilidades acarretadas, o ator territorializa o espaço.”.

Para Haesbaert e Limonad (2007, p. 49) os territórios podem ser estruturados a partir de duas dimensões principais: a política-econômica, ligada a questões mais materiais e concretas; e a simbólica, relacionada com a cultura, ou identidades culturais, e “[...] do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social.”. Ainda sobre os territórios e as identidades, Porto Gonçalves (2002) acrescenta que:

O território é uma categoria *espessa* que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidades – territorialidades – que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial [...]. (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 230).

Para Colpo (2014) as organizações e as comunidades se apoiam em referenciais simbólicos no processo de identificação entre os indivíduos que as compõem. Sabe-se que nas ações, e especificamente nos ritos, os agentes se utilizam de diversos referenciais simbólicos para estabelecerem suas regras. São utilizados gestos, palavras, e objetos que se tornam os referenciais simbólicos. Em relação às obras de infraestrutura, são consideradas quaisquer construções que tenham como objetivo ampliar a percepção das ações, sejam elas positivas ou negativas; mas que primordialmente, tenham a capacidade de enfatizar o poder de um indivíduo, de um grupo ou de uma organização.

Os elementos citados contribuem para que certas percepções da realidade sejam enfatizadas, principalmente tratando-se das relações de poder, e poder utilizado para a representação do que se entende por ideal seja destacado. Processos bastante utilizados pelas empresas estudadas nas relações aqui destacadas.

No caso da Vale e sua relação com o Assentamento Francisco Romão devem ser considerados: o início da relação com a comunidade; os procedimentos adotados nos Comitês de Interlocação (CI); as regras adotadas no contrato de perfuração do poço e da distribuição da água; bem como os ritos utilizados na realização destes serviços.

Considerando a Suzano e sua relação com as quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco, são considerados: a parceria estabelecida entre o ICMBio e a empresa, que resultou na redução do capital simbólico negativo da Suzano; os procedimentos adotados

no Conselho de Desenvolvimento Comunitário (CDC); e estabelecimento das regras para a construção da Unidade de Beneficiamento de Babaçu (UBB), bem como demais estratégias da empresa na comunidade.

Como se sabe, a avaliação da grande maioria das comunidades rurais sobre a ação das grandes empresas mineradoras e agroflorestais é extremamente negativa. Processo que integra a formação das identidades dos movimentos sociais, principalmente do campo (GOHN, 2011). Característica conhecida pelos executivos das empresas, os quais buscam reverter tal situação.

O maior receio dos representantes das empresas é que os conflitos com estas comunidades gerem danos financeiros. Considera-se principalmente quando há danos às estruturas logística e industriais; e ainda quando as comunidades conseguem relacionar a imagem da empresa aos danos socioambientais causados por suas atividades.

Nos dois casos analisados, os representantes das empresas continuam os mesmos desde que os resultados positivos das suas estratégias foram observados, como por exemplo a redução das grandes manifestações contra a mineradora e a silvicultora. No caso da Vale, o representante que obteve melhor resultado está em campo desde 2012¹; já no caso da Suzano, o representante é o mesmo desde 2010. A única mudança é que no segundo caso, a representante contou com uma equipe específica de “Responsabilidade Social”, mesmo que as ações continuem sob sua supervisão.

Observando a atuação dos representantes empresariais em campo, bem como as falas dos comunitários sobre a ação destes, se considera que: a ação do representante da Vale é pautada numa interação carismática². No caso da Suzano, este carisma também conta positivamente para a empresa, mas também há o fato de que a atual representante da empresa para assuntos socioambientais já foi diretora da RESEX Ciriáco.

Os representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foram importantes, pois enfatizam a importância da parceria entre a comunidade e a Suzano, pautando-se nos baixos investimentos do poder público. Mas a relação direta entre os representantes empresariais e as comunidades foi primordial para o estabelecimento da visibilidade positiva da silvicultora. Destaca-se que isto apenas integra os ritos adotados pelas empresas.

Ao selecionarem os representantes para atuarem nas comunidades, certamente foi considerada a capacidade destes em ampliar uma avaliação positiva das ações

empresariais no cotidiano dos assentados e das extrativistas. O fato da Vale selecionar uma pessoa mais experiente nesta questão, e da Suzano em contratar alguém com larga experiência na região e no tratamento de questões socioambientais, reitera esta estratégia. Os resultados positivos obtidos confirmam este tipo de investimento como adequado aos objetivos empresariais.

O principal objetivo de qualquer organização financeira é ampliar seus lucros. Este êxito pode não ser alcançado nos seus níveis ideais se a imagem da empresa estiver relacionada com problemas socioambientais, principalmente conflitos com comunidades. Da necessidade de prevenção ou de uma resolução mais rápida que surge a necessidade de demonstrar poder, seja ele financeiro ou simbólico, sem gerar ou ampliar uma visibilidade negativa, ou até reduzi-la caso já exista.

Ao se colocarem nas situações de instituição/organização, as empresas perseguem o ideal de que seus representantes de fato estejam aptos a defendê-las. Além de que representem uma ampliação da visibilidade positiva. Ou seja, a ação dos seus representantes sempre é estratégica, e como tal, devem se tornar um referencial simbólico positivo de atuação. No processo de territorialização, em termos de referenciais simbólicos, visou-se estabelecer mecanismos de uma representação mais adequada aos objetivos das empresas.

Em termos de representação, os ritos integram um emaranhado de dispositivos usados. Em destaque estão os ritos utilizados no início do relacionamento com as comunidades. Estes ainda repercutem nos cotidianos dos comunitários, trazendo sobretudo uma visibilidade positiva às empresas, principalmente junto às quebradeiras de coco da RESEX. Os assentados do Francisco Romão, apesar de não realizarem mais grandes manifestações públicas contra a empresa, ainda receiam sobre a ação da Vale.

Ao tentar estabelecer como referências de relação os procedimentos classificados como “democráticos”, a Vale realizou reuniões para que os assentados selecionassem os investimentos que seriam implantados na agrovila. A Suzano fez investimentos de acordo com as demandas apresentadas pela equipe do ICMBio, que seguem as demandas das quebradeiras.

As estratégias de relação empresarial com as comunidades

As empresas estabeleceram mecanismos de relação com as comunidades. Sejam eles originários de demandas da legislação ambiental para concessão de licenças, no caso do Comitê de Interlocação (CI) implantado pela mineradora Vale; ou como uma estratégia “bem-sucedida”, na ótica empresarial, em outras localidades, como é o caso do Conselho de Desenvolvimento Comunitário (CDC) da Suzano.

No CI as regras não são estabelecidas pela empresa. As reuniões são realizadas para atender às exigências do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). São montados atas e relatórios com fotografias e relações de presentes. A Vale os utiliza para que as demandas das comunidades sejam recebidas e “votadas”. Mesmo que os investimentos feitos pela Vale no assentamento não sejam diretamente vinculados à obra da Duplicação da Estrada de Ferro Carajás (DEFC), estes são debatidos nas reuniões.

O CDC se trata de uma estratégia adotada pela Suzano em diversas localidades. Os representantes da empresa apoiam a formação do conselho e orientam sobre os trâmites a serem seguidos pelos componentes. Para a equipe da empresa, o ideal é que o conselho se torne independente da Suzano. Mas é importante ressaltar que mesmo que ocorra a saída destes do gerenciamento das atividades, o CDC já tem estabelecida a referência simbólica da empresa nos ritos a serem seguidos.

O estabelecimento do CI e do CDC se tornaram os principais momentos de reunião entre as comunidades e as empresas. Tem-se assim o estabelecimento de mais um referencial simbólico.

As reuniões são regulares e marcadas pelos representantes das empresas. A Suzano ainda viabiliza o transporte das quebradeiras de coco para as reuniões, pois estas são itinerantes nas comunidades da “Estrada do Arroz”, que se trata das comunidades situadas próximas a esta rodovia (MA 386). No caso da Vale, esta define as datas, e as reuniões são realizadas em cada comunidade separadamente. De acordo com o relatório do “Programa de Comunicação Social – PCS” (VALE, 2014a), que divulga as ações realizadas entre abril e setembro de 2014, ocorreu apenas uma reunião do CI no assentamento Francisco Romão, em agosto de 2014³.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o ICMBio não interferem diretamente nos dois casos; a não ser que as quebradeiras de coco solicitem algum apoio. Esta relação amplia o estabelecimento das empresas como referenciais de apoio às comunidades. Além de possibilitarem às empresas maior conhecimento sobre os cotidianos destas.

No “Relatório de Atendimento às Condicionantes” (VALE, 2014b, p. 18), referente à Licença de Instalação 752/2010, que a própria empresa ressalta o CI como “[...] instrumento de informação e diálogo sobre o empreendimento nas áreas de influência.” Tem-se ainda que estes CI têm como objetivo: “[...] compartilhar com as comunidades o andamento das obras do projeto no território, bem como entender necessidades, demandas, captar sugestões e construir em conjunto soluções sustentáveis.” (VALE, 2014b, p. 18).

No cronograma de execução das ações a serem realizadas entre outubro de 2014 e abril de 2015 (VALE, 2014a), tem-se dentre as regras a serem seguidas nos CI, que as reuniões devem ter uma periodicidade, e contar com pautas pré-estabelecidas. Cita-se ainda que: “[...] nas quais se apresentem o cronograma de obras com as intervenções previstas por locação da EFC, e se discutam os aspectos relacionados às localidades afetadas.” (VALE, 2014a, p. 15).

As reuniões são propostas pela equipe da Vale. A partir da análise das atas disponibilizadas, destacam-se como principais procedimentos: o representante da empresa inicia as reuniões e apresenta as propostas de investimentos e os contextos burocráticos; os representantes das comunidades votam; o representante da empresa estabelece as regras a serem seguidas para concretização dos investimentos.

Os documentos analisados citam “Termos de Cooperação”, nos quais seriam estabelecidas parcerias entre a Vale, a Prefeitura Municipal e as associações. Mas o que de fato ocorreu com o assentamento Francisco Romão foi assinatura de um “Termo de doação com encargos”, em que são estabelecidas apenas obrigações à empresa e à associação do assentamento.

É importante mencionar o uso dos CI para divulgação das vagas de emprego na obra da DEFC. Como se observa no relatório do “Programa de Comunicação Social (PCS)”, a própria Vale cita que “A divulgação das vagas é feita por meio de cartazes e das reuniões dos Comitês de Interlocução.” (VALE, 2014b, p. 08). Mesmo que

esporádicas, estas vagas contribuíram para uma certa “passividade” na relação, ainda que estes postos de trabalho estejam vinculados diretamente às empresas terceirizadas da mineradora.

Além disso, outras duas situações merecem destaque: o Programa de Fortalecimento da Organização Comunitária (PFOC) e o curso “Negócio Certo Rural”⁴ da relação entre a Vale e o assentamento; e a parceria da Suzano com o “Instituto A Gente Transforma”, para o desenvolvimento do artesanato na Ciriáco. Os dois casos surgem nestes campos de maneiras diferenciadas, sendo também tratados pelas comunidades com avaliações também diferentes.

O “Negócio Certo Rural” é um do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Em Açailândia ele é ministrado em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). A realização dele na região do Novo Oriente foi uma iniciativa da Vale, com a justificativa de ampliar a capacitação dos assentados da região para a produção e comercialização dos seus produtos. Mas apenas três pessoas do Francisco Romão participam, e sem uma frequência regular nos encontros.

O PFOC é um compromisso da Vale com o IBAMA, pois faz parte do processo de licenciamento da DEFC. As reuniões são realizadas em Açailândia, com a participação dos representantes das comunidades da Área de Influência Direta (AID) da obra. Não são disponibilizados dados sobre estas reuniões, mas os representantes da empresa informaram que não há participação dos representantes do Francisco Romão. Já os representantes da comunidade informam que estes decidiram não participar para não ampliar o conhecimento da Vale sobre o cotidiano do assentamento.

Outra realidade é observada em relação ao “Instituto A Gente Transforma”⁵ e sua entrada na relação entre a Suzano e as quebradeiras de coco da Ciriáco. A partir de uma demanda apresentada por representantes das quebradeiras da RESEX, ainda em fevereiro de 2015 e durante uma reunião do CDC, a empresa solicitou a este instituto um estudo de viabilidade de cursos de artesanato para as quebradeiras e seus familiares interessados.

Uma equipe do instituto visitou as comunidades da “Estrada do Arroz”, já no mês de maio de 2016, com os custos pagos pela Suzano, e depois de um tempo apresentou uma proposta de trabalho. Até fevereiro de 2017 ações deste curso ainda não foram realizadas. Como se percebe, diferentemente dos casos do assentamento, este projeto parte de uma demanda da comunidade.

O CI e o CDC, apesar de não terem a função de referenciais simbólicos positivos explicitados pelas empresas, acabam exercendo esta função, e resultando em ganhos simbólicos tanto para a mineradora quanto para a indústria de papel e celulose. Se antes estas tinham uma simbologia negativa relacionada à falta do diálogo e da pouca participação no cotidiano das comunidades, estes mecanismos demonstram-se como importantes ferramentas para a construção de uma representação positiva. Para complementar todo este processo, se tem os elementos arquitetônicos, que trazem uma visibilidade maior e perceptível desta nova representação buscada pelas empresas.

Infraestrutura como estratégia: o poço no Francisco Romão e a UBB na Ciriáco

Construída a visão de empresa “parceira” das comunidades, foi iniciado o aprofundamento desta nova representação. Os representantes empresariais utilizaram de mais elementos simbólicos positivos, neste caso as obras de infraestrutura. Ressalta-se que nos dois casos, tanto o poço artesiano construído pela Vale no assentamento quanto a Unidade de Beneficiamento de Babaçu (UBB) construída pela Suzano na Ciriáco, integram não apenas a questão estrutural. Estas também demonstram os ritos que são utilizados pelos representantes corporativos para que estas construções sejam realizadas nas comunidades.

A territorialização pode ser estabelecida através de referenciais simbólicos, sejam materiais ou não, e que visam estabelecer mecanismos de significação que apoiem os mecanismos de poder dos agentes dominantes. Dentre os elementos materiais e que são destaque neste artigo citam-se as obras de infraestrutura. Autores como Sanches (2007), Andrade (2003), Agüi (1998), Figueroa (1996), Alvarez (1991), Harvey (1989), Pignatari (1983) e Fusco (1970) já demonstraram que há na história da humanidade um esforço em transformar elementos arquitetônicos em símbolos de poder.

Em relação ao poço do assentamento Francisco Romão, considera-se primeiramente que todos os ritos estabelecidos na etapa prévia à perfuração deste já demonstravam a capacidade deste investimento no estabelecimento do poder empresarial. Para que fossem iniciados os trabalhos, a comunidade teve que seguir as regras estabelecidas pela empresa, como: regularização da associação para receber o recurso; abertura de conta bancária para movimentação dos investimentos da empresa; e assinatura

de uma espécie de contrato, denominado neste caso de “Termo de Doação com Encargos”.

O termo assinado pelos representantes da Vale e por representantes da Associação dos Agricultores e Agricultoras do Assentamento Francisco Romão foi disponibilizado pelos representantes da Vale S/A em meio digital. Foi assinado em outubro de 2014. Teve como objetivo transferir recursos da Vale para a associação, visando a execução do “Projeto de Instalação do Poço Comunitário e Rede de Distribuição de Água”.

O simples fato de ser um “termo de doação com encargos” já caracteriza o processo. Caso as regras estabelecidas não sejam seguidas pelos assentados, este pode ser rescindido. Dentre as principais regras tem-se que: o valor total do recurso é repassado em quatro parcelas iguais, de acordo com o cumprimento das etapas de execução das obras; a comunidade deve entregar relatórios sobre o andamento da obra, seguindo as orientações constantes no termo; caso ocorra alguma denúncia sobre a obra, a comunidade é obrigada a devolver os recursos recebidos. À Vale cabe apenas repassar o recurso, e fiscalizar a aplicação deste.

Esta descrição do termo utilizado para a liberação do recurso já demonstra um processo no qual um agente dominante estabelece as regras a serem seguidas na relação com o agente dominado. Além disso, este poder contribui para que a mineradora, enquanto agente dominante, amplie sua capacidade de uso dos referenciais simbólicos no processo de estabelecimento de uma nova representação sobre a relação. Principalmente com a perfuração do poço e sua consequente utilização.

Com a perfuração do poço a representação que passa a ocorrer é caracterizada por: toda a estrutura de caixas de armazenamento de água situada no centro da agrovila se torna um referencial simbólico extremamente positivo para a empresa; mesmo sem a Vale estar presente no cotidiano da comunidade através dos seus representantes, a mineradora passa a estabelecer um novo referencial, agora permanente; a realidade da relação caracterizada como uma empresa degradadora que não traz benefícios à comunidade, altera-se para uma relação em que a empresa dialoga e apoia as reivindicações do assentamento, e o mesmo é realizado pela Suzano na RESEX Ciriáco.

A Unidade de Beneficiamento de Babaçu (UBB) sempre foi muito almejada pelas comunitárias. Mas os baixos investimentos do Estado em todas as suas instâncias, nunca possibilitaram a concretização deste anseio. Segundo a equipe do ICMBio, recursos

públicos para esta UBB foram solicitados em diversos momentos ao Estado, mas não possibilitaram a construção.

Com a chegada da Suzano na região, e a consequente contratação de pessoas que já foram ligadas à RESEX e ao ICMBio, viu-se essa possibilidade. O planejamento financeiro da obra foi realizado por equipes das duas organizações, contando com as observações das quebradeiras de coco. Estas também acompanharam as obras, inclusive por que os materiais necessários e os recursos financeiros foram repassados pela Suzano para a associação da RESEX, que recrutou a mão de obra.

Esta UBB tornou-se um símbolo da nova forma de atuação da Suzano. Inclusive é sempre citada pelas quebradeiras de coco como um dos maiores exemplos de que a empresa tem se comprometido em melhorar a relação com as comunidades rurais. A empresa, que antes era exemplo de degradadora, consegue alterar esta representação da sua imagem para apoiadora das causas socioambientais.

Na placa de identificação do galpão da UBB se tem a informação de que a obra foi realizada pela Suzano, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Demonstrando que esta integra as obrigações da empresa em investir parcelas do financiamento da planta industrial e do projeto florestal em “ações sociais”.

Não há muitos documentos que citem o uso destes investimentos pela empresa para enfatizar-se como “empresa sustentável”. Mas ainda assim é possível encontrar publicações destinadas a públicos específicos, como é o caso da publicação do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Nesta cita-se a parceria com o ICMBio, e os investimentos na RESEX são destacados como exemplos de parcerias que visam gerar renda e garantir a segurança alimentar nas comunidades (CEBDS, 2014). Como exemplo cita-se a “[...] compra de equipamentos para beneficiamento de babaçu (*Orbignya phalerata*) e capacitação dos extrativistas em técnicas sustentáveis de manejo.” (CEBDS, 2014, p. 33).

A UBB foi construída no centro da vila Ciriáco, onde estão instaladas as máquinas de extração de óleo. Inclusive, a empresa também doou uma balança de precisão, uma secadora do babaçu, e outros equipamentos que são utilizados na UBB. Neste espaço maior também são realizadas as reuniões do CDC. Há ainda uma sala para o escritório e

um banheiro. Toda a estrutura está disponível para as quebradeiras, mais também podem ocorrer reuniões com toda a comunidade.

No poço do assentamento Francisco Romão é possível observar uma placa que foi fixada no dia 10 de junho de 2016. Esta é um exemplo importante para se compreender como a Vale se utiliza de palavras que se tornem símbolos da sua capacidade de articulação e de resolução dos problemas cotidianos das comunidades.

Três características do uso de termos/palavras estrategicamente selecionados merecem destaque: por saberem dos problemas do Estado em resolver os problemas de abastecimento da água em assentamentos, os representantes da Vale S/A utilizam-se do “fazer acontecer”, colocando-a como um agente que consegue realizar as aspirações da comunidade; se utilizam do termo “parceria”, o que denota uma relação de reciprocidade entre ambos; além do símbolo das ações da Vale, que são as mãos dadas, acrescentando mais valor de coletividade, de relacionamento pacífico e de mútua colaboração entre ambos.

A placa de identificação da UBB não cita informações detalhadas. Tem-se apenas que a obra foi realizada pela Suzano e financiada pelo BNDES. Mas a estratégia utilizada é o uso da própria logomarca da empresa em todas as ações da comunidade em que é solicitado seu apoio financeiro, como o caso do patrocínio de camisetas para o evento de posse do conselho da RESEX.

É importante salientar que nos dois casos, tanto os ritos quanto as obras de infraestrutura e as imagens são os principais referenciais simbólicos para uma nova representação das empresas. Mas ainda existem comunitários que avaliam negativamente as ações destas. Mesmo que os investimentos tenham se tornado elementos estratégicos na relação, há assentados e extrativistas que as percebem como danosas para suas respectivas comunidades.

A questão é que esses são levados a seguir dois caminhos: mesmo sabendo das estratégias empresariais, devem aceitar os recursos, pois vislumbram uma melhoria econômica, devendo seguir a estratégia de uma resistência comunitária cotidiana nos moldes da “infrapolítica” (SCOTT, 2013); ou se afastam dos grupos que aceitam estes tipos de relações, tornando-se entes sem poder de decisão. Nos dois casos persistem o poder financeiro e simbólico das empresas, o que acaba resultando num parcial ganho estratégico das empresas, devido a certa significação favorável à Vale e à Suzano.

Os resultados das estratégias empresarias sobre parte da resistência comunitária

No processo de significação são consideradas as posições sociais dos sujeitos e o que destas é disponível para a sua realização (BALDISSERA, 2008). Da percepção dos referenciais simbólicos é que ocorre a construção dos significados, e em todo este processo se deve considerar o contexto em que se encontram tanto o agente que cria estes elementos, quanto o agente chamado a conviver com eles (TRAJANO, 2013). Uma cadeia de elementos e eventos podem influenciar nesta significação (RUIZ, 2003).

Para Nunes (2013, p. 49) “[...] cada sistema de disposições individuais constitui uma variante estrutural de todos os possíveis grupos sociais e *habitus* de classes [...]”. Crossley (2001, p. 85) salienta ainda que estas disposições se relacionam com as trajetórias e com as posições ocupadas por estes. A ação dos representantes das organizações segue padrões racionais de ação, ainda que influenciados pelos padrões institucionais, nos quais se conjugam as demandas da empresa e as suas como pessoa (SELZNICK, 1972).

Pode ocorrer ainda que, com as ressignificações de ideais e de valores que ocorrem em certos momentos, os sujeitos podem estabelecer mudanças nas representações que realiza, resultando em mudanças nas suas representações simbólicas de si (BAUMAN, 2007). Considerando esta questão, Hall (1996) acrescenta ainda que as identidades estão em constante processo de construção, e interligadas às representações. Devendo-se considerar ainda que, segundo Foucault (1987), as identidades estão relacionadas às relações de poder às quais são construídas.

Ao tratar dos símbolos, Hofstede (1997) destaca que esses são de grande significância para a representação de grupos e de manifestação da autoridade dos que o representam. Já para Enriquez (1992), estes são utilizados ainda para ampliar a capacidade de estruturação da “cultura de empresa” de uma determinada organização financeira. E Silva (2000) complementa que estes são utilizados para a expressão de identidades.

Deve-se, claro, considerar que a significação é individual. Mas, por se tratarem de duas coletividades e que têm interesses que se coadunam, a significação aqui analisada tem suas especificidades. Mesmo sendo um processo subjetivo singular, apresenta meandros que os tornam coletivos⁶.

No caso deste artigo, foram destacados no item anterior os elementos que serão considerados na análise dos referenciais simbólicos que se tornam importantes elementos para a nova representação impulsionada pelas empresas; e a consequente influência desta nas ações de resistência realizadas pelos comunitários. Como destacado anteriormente, os símbolos presentes nos cotidianos dos assentados e das quebradeiras de coco em relação à ação empresarial, pautavam-se: na Estrada de Ferro Carajás (EFC) e o uso dessa pela Vale; e as extensas plantações de eucalipto, antes pertencentes à Indústria de Celulose do Maranhão S/M (CELMAR), depois à Vale, e agora à Suzano.

A partir das observações em campo foi possível identificar elementos que demonstraram uma pequena mudança na avaliação que alguns comunitários realizaram da ação empresarial, e consequentemente delas como organizações. Menciona-se que resistem avaliações negativas, mas observou-se que as estratégias da mineradora e da silvicultora lograram êxitos.

Os representantes comunitários, certamente estrategicamente, salientam aspectos positivos da relação com as empresas. Além disso, não se tem mais relatos de que as comunidades tenham se organizado para manifestarem-se contra a Vale e a Suzano, ou seus investimentos industriais e logísticos⁷. Cita-se também que a avaliação feita por diversos comunitários em relação às empresas é mais positiva do que em relação aos órgãos estatais que devem responsabilizar-se pelo apoio aos seus territórios, como INCRA, prefeituras e ICMBio. Mas neste último caso, há ressalvas, devido à intensa atuação da equipe do órgão na RESEX.

São atribuídas pelos assentados e pelas quebradeiras de coco uma significação às obras de infraestrutura que extrapolam a simples construção das mesmas. Isto por que, ao fazer parte dos cotidianos comunitários, passam a simbolizar que a Vale e a Suzano não são apenas empresas que geram danos socioambientais, mas que também atendem, ainda que parcialmente, as suas demandas. Isso sem contar que os próprios representantes das empresas atuam como agentes disseminadores desta avaliação.

Os ritos fortalecem a significação de parceria. Há relatos de assentados destacando que, apesar dos danos causados pela Vale, esta busca se identificar como uma “parceira” na resolução dos problemas da comunidade, citando principalmente o poço artesiano. As quebradeiras de coco são mais enfáticas ao citarem que por aceitarem a parceria com a

Suzano, conseguiram viabilizar com mais rapidez os equipamentos necessários para melhorarem suas rendas com o beneficiamento do babaçu.

Em relação à mudança na rede de relações das duas comunidades, também ocorrem processos de influência empresarial que têm ligação com as estratégias da Vale S/A e da Suzano. Por mais que as antigas e tradicionais organizações parceiras permaneçam no imaginário coletivo, uma grande maioria dos comunitários já percebe o CI e o CDC como importantes ferramentas para concretização dos objetivos das comunidades.

O resultado, esperado ou não, tem sido um certo enfraquecimento das estratégias de resistência comunitária e de luta política contra as grandes empresas. Se não todos, a parte que interessa aos objetivos empresariais, que são boa parte das lideranças e das principais bases que possibilitam que estes sujeitos continuem como representantes comunitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações citadas, tem-se que os Comitês de Interlocação (CI) da Vale tornam-se referenciais simbólicos no processo de representação da empresa, pois: mesmo sendo uma exigência legal para concessão e/ou renovação de licenças, a mineradora consegue utilizá-los como mecanismos de disseminação de poder, na medida em que elabora as pautas e os procedimentos a serem seguidos nas reuniões; as reuniões são transformadas em momentos de aproximação entre a empresa e a comunidade, visando estabelecer uma simbologia de empresa que dialoga e analisa as demandas comunitárias; além disso, torna-se um momento valioso para que a empresa dissemine os ideais de desenvolvimento econômico, e de ampliação da capacidade de convencimento de que as obras da DEFC trazem desde benefícios socioeconômicos locais a nacionais.

No caso do Conselho de Desenvolvimento Comunitário (CDC) do qual as quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco participam, percebe-se que se trata de uma estratégia mais eficiente do ponto de vista da ampliação da simbologia positiva; isto se considerando que: o CDC é apresentado como uma organização das comunitárias, onde todo o processo de organização do mesmo deve ser validado pelas representantes das comunidades que o compõem, passando a impressão de que a empresa é apenas benfeitora do

conselho; a empresa é apresentada como mobilizadora e fomentadora das atividades do CDC, o que demonstra seu interesse na continuidade do mesmo como estratégia de estreitamento de laços dialógicos com as comunidades; a empresa se apresenta como um agente disposto a contribuir para a qualificação das quebradeiras, visando fortalecer o ganho financeiro destas através do coco babaçu.

Em ambos os casos as empresas buscam desvincular suas ações como estratégia, ou apenas com uma intenção de pacificar sua relação com as comunidades. Mas o fato é que a Vale destaca em seus relatórios que o CI tem sido um importante “mecanismo de diálogo” com a comunidade, buscando demonstrar-se favorável à participação comunitária em suas decisões. Já os representantes da Suzano destacam que o CDC não é de sua responsabilidade, e que busca apenas beneficiar a comunidade. A questão é que a Suzano destaca em todos as oportunidades possíveis o quão importante é esse conselho para disseminar ideais de “empreendedorismo” e de “desenvolvimento econômico” junto às comunitárias, apresentando-se como uma empresa fortalecedora da cadeia produtiva do babaçu.

Antes deste “novo momento de relação” entre a Suzano e os extrativistas, o símbolo de ação das empresas monocultoras era apenas o eucalipto. Simbologia extremamente negativa, pois os comunitários o relacionam à expansão do agronegócio sobre as atividades das pequenas comunidades rurais. Com a implantação dos novos ritos, bem como os investimentos em obras de infraestrutura como a Unidade de Beneficiamento de Babaçu (UBB), a empresa beneficia-se diretamente desta nova representação. Isto na medida em que este símbolo tem feito parte do cotidiano da comunidade.

Antes da ação empresarial pautada no simbolismo da “parceria”, os comunitários dos dois grupos se identificavam como integrantes de movimentos extremamente contrários à ação das grandes corporações econômicas. Além disso, eram extremamente contrários à ação destas nos territórios das pequenas comunidades rurais. Se antes se organizavam para realizar grandes manifestações para tornar visíveis os danos causados pelas empresas, hoje participam, ainda que também de uma forma estratégica, do CI e do CDC, visando ampliar o recebimento de serviços das empresas. Relações pautadas no investimento financeiro do lado dominante (empresas), e na amenização de conflitos, ou

ao menos da avaliação negativa, no outro extremo da relação, que são parte dos assentados e das quebradeiras de coco.

Mesmo que ajam discordâncias quando se trata das ações estratégicas das comunidades, percebe-se uma perspectiva de união quando resultados positivos são esperados. De qualquer forma, o resultado é que tem ocorrido a ampliação dos poderes político e simbólico das empresas nos cotidianos das comunidades, resultando na territorialização a partir dos referenciais simbólicos utilizados por elas. Antes, a grande maioria dos assentados e das quebradeiras de coco eram contrários ao estreitamento da relação com grandes empresas. Hoje há trabalhadores rurais que aceitam e defendem esta estratégia, o que pode reduzir significativamente a capacidade de resistência destes movimentos sociais camponeses contra o avanço do grande capital em seus territórios.

Notas

¹ No fim de 2016, e com os problemas de relacionamento mais críticos já resolvidos, esta é transferida para atuar em outra região do Maranhão, mesmo que continue acompanhando a relação com a região do Novo Oriente.

² Pesquisas como as de Freitas (1997) e D'Araújo (1996) demonstram como o carisma tem sido utilizado em diversos ramos de organizações, sejam elas empresariais ou políticas.

³ São citadas apenas as atas disponibilizadas pela comunidade ou pela empresa; ou as obtidas através do site do IBAMA.

⁴ “O programa “Negócio Certo Rural”, é voltado para pequenos produtores rurais e suas famílias. Com ferramentas simples de gestão eles aprendem a desenvolver e melhor administrar a pequena propriedade rural. O programa tem 46 horas, sendo 2 horas de consultoria na sala de aula e 4 horas de consultoria na propriedade (de forma individual). O Negócio Certo Rural também é oferecido na modalidade à distância, no portal EaD-SENAR.” (SENAR, s. d.).

⁵ Este instituto é ligado ao escritório do *designer* Marcelo Rosenbaum. “Fruto do aprendizado das nossas imersões pelo Brasil profundo, através dos projetos do A Gente Transforma, vimos a oportunidade e o potencial de proteger e salvaguardar os valores culturais e saberes tradicionais. Por isso criamos o Instituto A Gente Transforma, para acionar uma rede de instituições, associações e parceiros que viabilizam a transformação de comunidades a partir do produto artesanal.” (ROSENBAUM, s. d.a). “A Gente Transforma é um projeto que usa o design para expor a alma brasileira, um mergulho na cultura dos povos que formam o nosso país. É um resgate de histórias do passado para recriar o presente e construir o futuro sob novas bases, livre e sustentável. O projeto é uma criação coletiva, que envolve muitas mentes e almas, cheias de fê, esperança e criatividade.” (ROSENBAUM, s. d.b). A primeira experiência foi na comunidade de Várzea Queimada, no município piauiense de Jaiacós.

⁶ Refere-se ao fato de que os referenciais simbólicos têm resultado numa significação coletiva, na medida em que a maioria dos comunitários em ambas as comunidades têm modificado seus processos de avaliação das ações das empresas que atuam em seus cotidianos.

⁷ Ocorreu uma manifestação em agosto de 2016 e uma Audiência Pública em novembro do mesmo ano. Os dois eventos tinham como objetivo solicitar a melhoria da estrada vicinal que liga a BR 222 às comunidades do Novo Oriente, dentre elas o Assentamento Francisco Romão. Mas destaca-se que o foco das reivindicações era a Prefeitura Municipal de Açailândia, ainda que as empresas que também fazem uso desta vicinal sejam citadas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

AGÜI, E. La dimensión simbólica del castillo plenomedieval. In: _____. **La Fortaleza Medieval: Realidade y Símbolo**. Ed. Universidad de Murcia, España, 1998.

ALVAREZ, J. M. **Arquitetura monumental e vontade de potência**. Rio de Janeiro: Oficina Letras & Artes, 1991.

ANDRADE, A. **Horizontes Urbanos Medievais**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

BALBIM, R. N. Região, território, espaço: funcionalizações e interfaces. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea**. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 160 – 169.

BALDISSERA, R. Significação e comunicação na construção da imagem-conceito. **Fronteiras**, São Leopoldo, v. 10, n. 3, p. 193-200, set./dez. 2008b. Disponível em: <http://migre.me/vrG22>. Acesso em: 28 mar. 2016.

BAUMAN, Z. A. **Tempos líquidos**. (Tradução de Carlos Alberto Medeiros). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BOURDIEU, P. *Censorship and the Imposition of Form*. In: _____. **Language and Symbolic Power**. Edited and Introduced by John B. Thompson. Translated by Gino Raymond and Matthew Adamson. Cambridge: Polity Press, 1991a. p. 137 – 161.

_____. Description and Prescription: *The Conditions of Possibility and the Limits of Political Effectiveness*. In: _____. **Language and Symbolic Power**. Edited and Introduced by John B. Thompson. Translated by Gino Raymond and Matthew Adamson. Cambridge: Polity Press, 1991b. p. 127 – 136.

_____. Rites of Institution. In: _____. **Language and Symbolic Power**. Edited and Introduced by John B. Thompson. Translated by Gino Raymond and Matthew Adamson. Cambridge: Polity Press, 1991c. p. 117 – 126.

_____. **O Poder Simbólico**. (Tradução de Fernando Tomaz). Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.

BRANDÃO, C. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA, F. N. A. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Editora Alínea, 2007. p. 39-62.

CASTRO, R. A.; RODRIGUES, J. C. A Responsabilidade Social Corporativa e o relacionamento com as comunidades rurais: o caso da Suzano Papel e Celulose e da Vale, no estado do Maranhão, Nordeste do Brasil. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 13, n.

23, p. 1717 – 1731, jun. 2016. Disponível em: 10.18677/Enciclopedia_Biosfera_2016_138. Acesso em: 17 out. 2016.

CEBDS. Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável. **Biodiversidade e serviços ecossistêmicos**: a experiência das empresas brasileiras. 2014. Disponível em: <http://goo.gl/fnaR6T>. Acessado em 06 de agosto de 2016.

COLPO, C. D. Contextos organizacionais: a cultura como constituintes de identidade e imaginário. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 251-268, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://migre.me/w2uvU>. Acesso em: 20 jun. 2016.

COSTA, V. Representações sociais e semiótica: um território comum?. **Caligrama**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 1 – 11, 2007.

CROSSLEY, N. The phenomenological habitus and its construction. **Theory and Society**, New York, v. 30, p. 81-120, 2001. DOI: 10.1023/A:1011070710987.

D'ARAUJO, M. C. **Sindicatos, carisma e poder**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ECO, U. **Tratado geral de semiótica**. 5ª ed. (Tradução Antônio de Pádua Danesi e Gilson Cesar Cardoso de Sousa), São Paulo: Perspectiva, 2014.

ENRIQUEZ, E. L'entreprise comme lien social: um colosse aux pieds d'argile. In: SAINSAULIEU, R. (Org.). **L'entreprise**: eu affaire de société. Paris: Presses de la Fondation National de Science Politique, 1992. p. 39-58.

FERNANDES, B. M. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, n. 75, p. 83-129. 2007.

FIGUEIREDO, M. D.; CAVEDON, N. R. O espaço dos indesejáveis: a circularidade da representação de estigma em um centro comercial de Porto Alegre. **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 579-594, 2013.

FIGUEROA, L. M. **Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval**. Ed. Universidad de Cádiz, Cádiz, España, 1996.

FOCAULT, M. **A arqueologia do saber**. (Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves). 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FREITAS, M. E. **Cultura organizacional**: sedução e carisma? 1997. 323f. Tese (Doutorado em Administração). EAESP/FGV, São Paulo, 1997.

FUSCO, R. **Arquitetura como “mass médium”**: Notas para uma semiologia arquitectónica. Barcelona: Anagrama, 1970.

GARCIA, R. W. D. Representações Sociais da Comida no Meio Urbano: algumas considerações para o estudo dos aspectos simbólicos da alimentação. **Cadernos de Debate**, Campinas, v. 2, p. 12-40, 1994.

GIRARDI, E. P. **Proposição Teórico-Metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 349f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. UNESP. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente. 2008.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333 – 361, maio./ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Ano IX, n. 17, p. 19-46, 2007.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Revista ETC...**, n. 2, v. 1, p. 39 – 52, ago. 2007. Disponível em: <http://migre.me/vsN5I>. Acesso em 20 jun. 2016.

_____. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (Tradução de Tomaz T. Silva e Guacira L. Louro). 11ª ed. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: DC&A, 2011.

_____. The meaning of New Times. In: MORLEY, D.; CHEN, K. (Ed.). **Critical Dialogues in Cultural Studies**. London: Routledge, 1996. p. 75 – 102.

HARVEY, D. **The urban experience**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.

HOFSTEDE, G. **Culturas e organizações: compreender a nossa programação mental**. Tradução de Antônio Fidalgo. Lisboa: Edições Sílabo, 1997.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições..** (Tradução de Celina Cedim Cavalcante). 2ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JEWITT, C. **The Routledge Handbook of Multimodal Analysis**. New York: Routledge, 2011.

LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de la representaciones**. (Traducción de Óscar Barahona y Uxoá Doyhanbure). México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropológica, v. 322. Departamento de Antropologia Instituto de Ciências Sociais Universidade de Brasília, 2002.

_____. **Os conflitos socioambientais**: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Geramond, 2001.

MAKOWIECHY, S. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 4, n. 57, p. 2-25, 2003.

MIRANDA, N. S. O caráter partilhado da construção da significação. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, p. 57-81, 2002.

MOREIRA, R. **O espaço e o contra-espaço**: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, M. et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lanparina, 2007, p.72-108.

NUNES, N. Desigualdades sociais e ação coletiva nas sociedades contemporâneas: a fecundidade teórica de Pierre Bourdieu e de Nicos Mouzelis. **Sociologia**, Porto, v. 25, p. 33-53, 2013. Disponível em: <http://migre.me/v9d8x>. Acesso em: 21 fev. 2016.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. (Tradução José Teixeira Coelho Neto). São Paulo: Perspectiva, 1975.

PIGNATARI, D. **Semiótica del arte y la arquitectura**. Barcelona: Ed. Barcelona, 1983.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Da geografia às geo-grafias**: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (Org.). *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 217-256.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. (Tradução Maria Cecília França) São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROSENBAUM. Instituto Rosenbaum. **A Gente é**. S.d.a. Disponível em: <http://rosenbaum.com.br/a-gente/>. Acessado em: 09 de setembro de 2016.

_____. _____. **Sobre o projeto**. S. d.b. Disponível em: <http://rosenbaum.com.br/projetos/agtvarzeaquemada/sobre-o-projeto/>. Acessado em: 09 de setembro de 2016.

RUIZ, C.B. **Os paradoxos do imaginário**. São Leopoldo: Editoria Unisinos, 2003.

SÁNCHEZ, F. Cultura e renovação urbana: a cidade-mercadoria no espaço global. In: LIMA, E. G. W.; MALEQUE, M. R. **Espaços e cidade**: conceitos e leituras. 2ª edição. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 25 – 41.

SANTOS, M. O retorno do território. **Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, a. 6, n. 16, p. 1-12, jun. 2005. Disponível em: <http://goo.gl/I24VGZ>. Acessado em 20 jan. 2016.

SARTRE, J. P. **A imaginação**. (Trad. Paulo Neves). Porto Alegre: L&M, 2009.

SCOTT, J. C. **A dominação e a arte da resistência** – Discursos ocultos. (Tradução de Pedro Serras Pereira). Lisboa: Letra Livre, 2013.

SELZNICK, P. **A Liderança na Administração** – Uma Interpretação Sociológica. (Tradução de Arthur Pereira e Oliveira Filho). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Negócio Certo Rural**. s. d. Disponível em: <http://www.senar.org.br/programa/negocio-certo-rural>. Acessado em: 09 de setembro de 2016.

SERBENA, C. A. Imaginário, ideologia e representação social. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 4, n. 52, p. 2-13, 2003.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 73-102.

TEISSERENC, P. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia Brasileira. (Tradução de Maria José da Silva Aquino). **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 29, p. 153-179, ago./dez. 2010.

TRAJANO, I. S. N. **A imagem como agente de representação social e ideológica no discurso multimodal**. 2014. 211f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística/LIP/UnB, Brasília, 2014.

VALE. Projeto de Expansão da Estrada de Ferro Carajás. **Programa de Comunicação Social**. 2014a. Disponível em: <http://goo.gl/U9OEb4>. Acessado em: 25 de maio de 2016.

_____. _____. **Relatório Semestral de Atendimento às Condicionantes**. Programa de Comunicação Social. 2014b. Disponível em: <http://goo.gl/67OvC6>. Acessado em 25 de maio de 2016.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

Recebido em 13/02/2017. Aceito para publicação em 22/05/2018.
--